

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Indústria química terá redução de impostos

Câmara aprova redução de tributos para indústria química

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei complementar que estabelece alíquotas de transição menores para as indústrias química e petroquímica participantes de regime fiscal especial até sua migração para um novo regime com vigência em 2027. Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano. A proposta vai para o Senado. Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento menor de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro deste ano e substituem outras vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário.

Programa foi sancionado com vetos

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa reduzir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas. O projeto limita a renúncia fiscal este ano a R\$ 2 bilhões, mas isenta a proposta de critérios para tramitação recém incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Deputado Afonso Motta (PDT-RS) é o relator da proposta

Créditos tributários adicionais

Outros R\$ 1,1 bilhão bancarão créditos tributários adicionais previstos na legislação para as centrais petroquímicas e indústrias químicas participantes do Reiq. O texto vetado pelo governo previa aplicação de alíquotas de 0,67% de PIS e 3,08% de Cofins nos meses de novembro e dezembro de 2025, baixando para 0,54% e 2,46%, respectivamente, em todo este ano. O projeto aprovado pela Câmara, além de limitar a renúncia, propõe alíquotas de 0,62% e 2,83% respectivamente de PIS e Cofins de março a dezembro deste ano, um meio termo.

Proposta tem caráter transitório

O relator do texto, deputado Afonso Motta (PDT-RS), explicou que a proposta tem caráter transitório para evitar descontinuidade abrupta de política pública previamente instituída, preservando a previsibilidade regulatória e a estabilidade econômica do segmento durante o período de transição. Segundo o relator, a proposta somente gera impacto fiscal este ano e será compensada por ganho de arrecadação.

Porta de fábrica

A chamada inflação na porta de fábrica terminou 2025 em -4,53%. Este é o segundo menor resultado desde 2014, perdendo apenas para a de 2023, quando houve queda média de preços de 4,99%. Em 2025, houve alta de 9,28%. Os dados fazem parte do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado pelo IBGE.

Variação

O IPP é conhecido como inflação na porta da fábrica porque mede a variação dos preços dos produtos que saem da indústria e antes de chegar ao comércio e ao consumidor, sem cobrança de impostos e frete. Nos 12 anos de levantamento, apenas 2025 e 2023 apresentaram deflação.

Alimentos

De acordo com o IBGE, a atividade industrial que mais puxou para baixo a inflação na porta da fábrica foi a de alimentos, que recuou 10,47%. O desempenho representa peso de -2,7 pontos percentuais. A atividade teve grande influência do preço do açúcar, que acompanhou o recuo das cotações no exterior.

Queda de preços

A atividade contribuiu para a queda dos preços a valorização do real contra o dólar (10,6% em 2025), que faz os produtos importados ficarem mais baratos. Outras influências de baixa nos preços foram da indústria extrativa (-14,39% e impacto de -0,69 p.p.), refino de petróleo e biocombustíveis (-5,64% e -0,56 p.p.) e metalurgia (-8,06% e -0,56 p.p.).

Investimentos

De acordo com o gerente do IPP, Murilo Alvim, a deflação foi justificada por menores preços dos óleos brutos de petróleo, “refletindo um aumento na produção global e estoques elevados durante boa parte do ano”. Os minérios de ferro ficaram mais baratos, “acompanhando um aumento da oferta global”.

Inflação oficial

O IBGE divulgou também nesta semana a inflação oficial, que mede o custo de vida para famílias com renda de um a 40 salários mínimos. O instituto revelou que em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcou 0,33%, acumulando 4,44% em 12 meses, pressionado pelo preço da gasolina.



Gabriel Galípolo, presidente do BC: incerteza de projeções

‘Momento de calibragem da política monetária’

Galípolo avalia que o cenário ainda exige bastante cautela

Por redação

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que a política monetária está em uma fase de calibragem dentro de um cenário que ainda exige bastante cautela. Ele participou do evento CEO Conference Brasil 2026, promovido pelo BTG Pactual.

“Neste ambiente onde você tem menos confiança, dado o tamanho da incerteza em projeções, a atitude do Copom (Comitê de Política Monetária) foi ser mais conservador ao esperar 45 dias para que a gente possa iniciar esse ciclo com maior confiança”, acrescentou.

Em janeiro, o Banco Central manteve a Selic em 15% ao ano, mas sinalizou a intenção de iniciar o ciclo de cortes em março caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

Comparação

Durante o evento, Galípolo evitou falar sobre expectativas e defendeu que o Banco Central precisa ter serenidade para tomar decisões ao longo do ano.

“O que significa serenidade? Significa que o Banco Central está mais para um transatlântico do que para um jet ski. Ele não pode fazer grandes movimentos e mudanças, ele se move de uma maneira mais comedida e segura”, argumentou.

Se o Banco Central traba-

lha atualmente com calibragem, Galípolo ressaltou que, para os próximos anos, a palavra que vai nortear os rumos da instituição será “estabilidade”.

“A palavra-chave dos próximos anos do Banco Central é estabilidade. Nosso mandato é estabilidade monetária e estabilidade financeira. A palavra que vai dar ênfase no nosso mandato é estabilidade. Por isso, até brinquei que o novo logo dessa agenda será um quadrado vazado, porque o quadrado é o arquétipo junguiano da estabilidade e ele será vazado porque queremos dar transparência para isso”, disse.

Caso Master

O presidente do Banco Central fez elogios à atuação da Polícia Federal nas investigações sobre a gestão fraudulenta do Banco Master. Ele também elogiou o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o Ministério Público, o mercado financeiro e a imprensa sobre a condução do caso.

“Desde o primeiro momento, ali quando a gente percebeu que era um tema que extrapolava o tema de supervisão bancária e que demandava a gente fazer as comunicações e envolver a Polícia Federal e o Ministério Público, houve coragem e capacidade técnica do Andrei (Rodrigues). A Polícia Federal foi diligente, corajosa e técnica nesse processo”, ressaltou.